



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

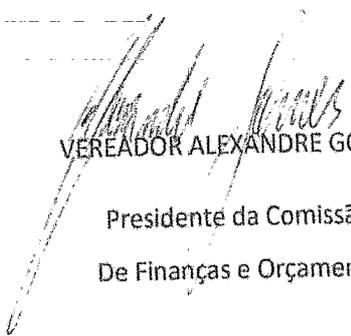
Poder Legislativo

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2022.

Ao trigésimo primeiro dia do mês de maio, do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e trinta minutos, reuniram-se no Plenário desta Casa a Mesa Diretora composta pelo Presidente Vereador Alexandre Gomes, a Secretária Municipal de Controle Interno, Subsecretário Municipal de Controle Interno, o Assessor Especial do Controle Interno e a Vereadora Mariangela Valviessse. O Presidente Vereador Alexandre Gomes realizou a leitura do Ato Convocatório nº 013/2022, franqueando a palavra para os presentes. Com a palavra, a Secretária Municipal de Controle Interno mencionou que será demonstrado os índices e resultados do 1º Quadrimestre de 2022, conforme estabelece o art. 9º, §4º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com a palavra, o Subsecretário Municipal de Controle Interno iniciou a apresentação da avaliação do cumprimento das metas fiscais, de acordo com a Lei Complementar 101/00, tendo como base os demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RRO e do Relatório de Gestão Fiscal - RGF, consistindo a avaliação das receitas e os comparativos sobre previsão e arrecadação, as despesas, o resultado primário e nominal e os limites de gestão fiscal. No quadro demonstrativo de receitas previstas x receitas arrecadadas, informa o comparativo do total geral de receitas previstas de R\$2.092.984.731,00, sendo o confronto com a execução no 1º Quadrimestre de R\$726.354.540,00. A receita corrente é subdividida em receitas tributárias, de contribuição, patrimonial, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, sendo o total da receita corrente de R\$2.051.071.520,00. Já a receita de capital se subdivide em operações de créditos, alienação de bens, transferências de capital e outras receitas de capital, sendo o seu total de R\$41.913.211,00, observando a porcentagem total de 34,70% da arrecadação até o mês de abril. A demonstração da Receita Tributária é dividida em impostos e taxas, com a previsão atualizada do total de receita tributária de R\$333.475.597,00, sendo arrecadado até abril R\$141.861.829,45. Em relação as despesas, as Despesas Correntes são

compostas por Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes, sendo o total previsto de R\$1.623.457.737,60. As Despesas de Capital são compostas por Investimentos, Inversões Financeiras, Amortização/Refinanciamento da Dívida e Reserva de Contingência, sendo o total previsto de R\$760.534.571,10, evidenciando o total geral das despesas em dotação atualizada de R\$ 2.387.156.808,70. Em comparação ao que já fora liquidado, as despesas correntes foram de R\$475.338.202,90 e as despesas de capital foram R\$53.789.943,20, totalizando as despesas liquidadas em R\$529.128.146,10. Nas despesas por função, abrangem Saúde (30%), Educação (23%), Urbanismo (11%), Administração (10%), Previdência Social (12%) e Outros (14%), com a dotação atualizada de R\$2.387.156.808,70 e a execução de R\$529.128.146,00. Acerca do Resultado Primário, é representado pela somatória das receitas fiscais líquidas menos as despesas fiscais líquidas. É o resultado não financeiro, representado pela diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras, sendo o total das receitas fiscais líquidas previstas de R\$1.941.425.266,00 e as realizadas até o 1º Quadrimestre R\$660.788.261,10. O total das despesas fiscais líquidas previstas foi R\$2.246.052.498,70 e realizadas até o 1º Quadrimestre R\$442.036.961,40. Assim, o Resultado Primário até o período foi R\$149.443.767,40, demonstrando a boa gestão do município. O Resultado Nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida do exercício atual em relação ao exercício anterior, demonstrando o comparativo da dívida consolidada no exercício anterior de R\$909.005.404,80 e na atual gestão, até o 1º Quadrimestre, de R\$908.610.002,20. Demonstrando, ainda, a dívida fiscal líquida em 31/21/2021 no total de R\$-213.212.710,60 e em 30/04/2022 no total de R\$-364.720.143,10, assim, o Resultado Nominal até o período foi de R\$151.507.432,50. Os limites de gestão fiscal são compostos por receita corrente líquida, despesa de pessoal, despesas próprias com saúde e despesas com manutenção do ensino. A Receita Corrente Líquida até o 1º Quadrimestre de 2022 foi de R\$2.519.122.120,37. Dentro da despesa com pessoal, o total R\$759.072.316,64 (30,13%), ressaltando que o limite legal é de 54%. A despesa com Saúde até o 1º Quadrimestre de 2022 foi R\$33.150.298,70, (13,21%), ressaltando que o limite constitucional é de 15%. A despesa com Educação até o 1º Quadrimestre foi R\$44.950.927,72 (17,91%), ressaltando que o limite constitucional é de 25%. A despesa com FUNDEB é calculado com as despesas de remuneração do magistério e a receita do FUNDEB, sendo sua receita de R\$ 89.687.373,30 e a aplicação de R\$65.448.270,50, sendo total de 72,97%, ressaltando o limite constitucional de 60%. Em

conclusão, ao final do 1º Quadrimestre de 2022, ao analisarmos o Relatório resumido de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, verificamos que o município investiu 17,91% da receita resultante de impostos (compreendida a proveniente de transferências da União e Estados) na manutenção e desenvolvimento do ensino e 13,21% em ações de saúde. O limite constitucional anual, conforme rege o artigo 212 da CF/88, é de no mínimo 25% anual na Educação e 15% na Saúde. Os gastos com o FUNDEB na remuneração do magistério no Ensino Fundamental apresentado no 1º quadrimestre foi de 72,97% sobre as receitas do FUNDEB. O limite mínimo anual é de 70% (Art. 26 da Lei nº 14.113/2020). Por outro lado, a aplicação total das receitas do FUNDEB até o 1º quadrimestre de 2022 foi de 83,72%. O mínimo exigido é de 90%, conforme determina o art. 25 da Lei nº 14.113/2020. O total das despesas com pessoal para fins de apuração do limite constitucional comparado a RCL ficou em 30,13%, abaixo do limite legal de 54% para o executivo municipal, encerrando a explanação. Com a palavra, o Presidente Vereador Alexandre ressaltou que os números com gastos de pessoal que está em 30,13% está acrescido devido a verba da CEDAE, demonstrando que o governo tem observado o limite com pessoal, com relação ao limite da saúde, a gestão tem até dezembro para atingir o limite de 15% e, o 1º Quadrimestre está em 13,21%, entendendo que o governo tem todos os requisitos para cumprir os limites impostos pela Constituição Federal, informando que houve um pleito do Presidente do SINDSPEF, informando que os questionamentos podem ser realizados para a Comissão que será encaminhado para os respectivos secretários para responder as indagações. Com a palavra, a Vereadora Mariangela Valviesse mencionou a importância no acesso as informações do governo, parabenizando pela competência e a realização da audiência. E nada mais havendo, o Presidente Vereador Alexandre Gomes encerrou a Audiência Pública da Prestação de Contas, sendo a ata lavrada e arquivada na Secretária Geral da Mesa Diretora.


VEREADOR ALEXANDRE GOMES

Presidente da Comissão
De Finanças e Orçamento


Fernando Cesar Rodrigues da Conceição
Diretor da Secretaria
Geral da Mesa
Mat. 18916-2



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

Poder Legislativo

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO
REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DE 2022.**

Ao vigésimo nono dia do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e dois, às dez horas, reuniram-se no Plenário desta Casa a Mesa Diretora composta pelo Presidente Vereador Alexandre Gomes, o Subsecretário de Contabilidade do Controle Interno, Assessor Especial de Controle Interno e a Coordenadora de Controle Interno. Iniciada a Audiência, o Presidente Vereador Alexandre Gomes realizou a leitura do Aviso de Audiência Pública e passou a palavra para as explanações iniciais. Com a palavra, o Subsecretário de Contabilidade de Controle Interno iniciou a explanação do relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais, com base no artigo 9º, §4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo como base os demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e do Relatório de Gestão Fiscal –RGF, consistindo nas avaliações das receitas, comparativo previsão e arrecadação, avaliação das despesas, resultado primário, resultado nominal, limites de gestão fiscal, receita corrente líquida, despesa com pessoal, despesas próprias com saúde e despesa com manutenção do ensino. No comparativo de receitas previstas e arrecadadas, compondo a previsão atualizada da receita corrente, a arrecadação em receitas tributárias foi R\$ 276.368.340,50 (82,88%), nas receitas de contribuições, com arrecadação até o segundo quadrimestre de R\$ 58.304.216,10 (64,48%), em receita patrimonial R\$ 111.400.458,60 (19,36%), receitas de serviços R\$ 937.712,40 (119,38%), transferências correntes R\$ 1.152.570.175,40 (101,52%) e outras receitas correntes R\$ 12.278.748,20 (65%). Na categoria de receitas de capital, com arrecadações para operações de crédito R\$ 5.932.283,50 (35,73%), destacando a arrecadação em transferências de capital com R\$ 30.438.829,70 (120,84%). Até o momento, o município arrecadou com receitas o valor total de R\$ 1.741.417.808,20 (74,92%). Nas de receitas tributárias, as arrecadações em IPTU foram de R\$ 78.399.503,24 (83,02%), em IRRF foi R\$ 37.095.125,11 (87,80%), no ITBI R\$ 13.979.697,09 (96,48%) e ISS-QN R\$ 83.365.070,01

(70,67%), sendo o total do impostos do exercício de R\$ 212.839.395,45 (79,08%). Em Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia houve arrecadação de R\$ 14.169.421,53 (93,68%) e Taxa pela Prestação de Serviços arrecadou R\$ 49.359.523,52 (100,28%), alcançando 82,88% nos tributos até o segundo quadrimestre. Nas despesas, comparando a dotação atualizada com despesas liquidadas, na categoria de despesas correntes, as despesas com pessoal e encargos foram liquidadas em R\$ 658.022.697,40 (71,22%), dentro do percentual previsto para o segundo quadrimestre, nos juros e encargos da dívida com total de liquidação de R\$ 2.233.525,80 (75,98%) e em outras despesas correntes R\$ 498.247.031,30 (42,68%). Na categoria despesas de capital, o investimento teve liquidação de R\$ 64.149.935,90 (10,09%), destacando também a liquidação no grupo de amortização e refinanciamento da dívida com R\$ 100.903.259,30 (85,46%). O geral das despesas para o exercício com previsão atualizada foi R\$ 2.851.792.879,90, sendo liquidadas R\$ 1.323.556.449,70 (46,41%) até o segundo quadrimestre. Nas despesas por função, as execuções com saúde foram R\$ 447.886.483,70 (33,84%), na educação R\$ 258.686.272,80 (19,54%), urbanismo com R\$ 138.005.529,30 (10,43%), administração R\$ 160.624.648,00 (12,14%), na previdência social R\$ 135.376.500,00 (10,23%) e outros com R\$ 182.977.015,90 (13,82%). O resultado primário é representado pela somatória das receitas fiscais líquidas menos as despesas fiscais líquidas. É o resultado não financeiro, representado pela diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras. O resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida do exercício atual em relação ao exercício anterior. No resultado primário, o total de receitas correntes e receitas de capital até agosto de 2022 foi R\$ 1.648.230.764,50, deduzindo as aplicações financeiras, operações de crédito e outras receitas financeiras, contemplam o total de receitas fiscais no valor de R\$ 1.559.469.692,90. O total de despesas fiscais até o segundo quadrimestre foi R\$ 1.128.878.133,90, deduzindo as despesas de juros e encargos da dívida e amortização da dívida, contemplam R\$ 1.102.479.584,40, sendo o resultado primário do período de R\$ 383.019.758,30. O resultado nominal demonstra a dívida consolidada até 31 de agosto de 2022 em R\$ 689.778.265,40, deduzindo o total de R\$ 1.524.312.888,30. Assim, a dívida fiscal líquida é de R\$ -834.534.622,90, sendo o resultado nominal até o período de R\$ 621.321.912,30. Em limite de gestão fiscal é composto por receita corrente líquida, despesa com pessoal, despesas próprias com a saúde e despesas com manutenção do

ensino. A receita corrente líquida até o segundo quadrimestre foi de R\$ 2.947.401.863,90. O total da despesa com pessoal foi R\$ 785.941.863,90 (26,67%), destacando que o limite legal é de 54%. Na despesa com saúde, o total foi R\$ 77.025.336,00 (16,93%), ressaltando o limite constitucional de 15%. Na aplicação de gastos com educação, o total foi R\$ 107.516.073,03 (23,41%), informando que o limite constitucional é de 25%, devendo ser computado até o terceiro quadrimestre. A receita do Fundeb até o segundo quadrimestre foi R\$ 171.276.246,70, com aplicação total de R\$ 140.960.095,10 (82,30%), informando o limite legal é de 70%. Em conclusão, ao Final do 2º Quadrimestre de 2022, ao analisarmos o relatório resumido de execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal, verificamos que o município já investiu 23,41% da receita resultante de impostos (compreendida a proveniente de transferências da União e Estados) na manutenção e desenvolvimento do ensino e 16,90% em ações de saúde. O limite constitucional anual, conforme rege o artigo 212 da CF/88, é de no mínimo 25% anual na Educação e 15% na Saúde. Os gastos com o Fundeb na remuneração do magistério no ensino fundamental apresentado no segundo quadrimestre foi de 82,30%. O limite mínimo anual é de 70% (Art. 26 da Lei nº 14.113/2020). Por outro lado, a aplicação total das receitas do Fundeb até o 2º quadrimestre de 2022 foi de 99,56%. O mínimo exigido é de 90%, conforme determina o art. 25 da Lei nº 14.113/2020. O total das despesas com pessoal para fins de apuração do limite constitucional comparado a RCL ficou em 26,67%, abaixo do limite legal de 54% para o executivo municipal. Com a palavra, o Presidente Vereador Alexandre Gomes mencionou que as despesas com pessoal estão abaixo do limite prudencial e legal, demonstrando que o governo do Prefeito trabalha com austeridade, ainda mais em um período eleitoral, ressaltando o que o limite da educação deve ser monitorado pela Secretaria de Controle Interno para ser alcançado até o terceiro quadrimestre. E nada mais havendo, o Presidente Vereador Alexandre Gomes encerrou a Audiência Pública. A Secretaria Geral da Mesa Diretora lavrou a presente.

VEREADOR ALEXANDRE GOMES

Presidente da Comissão
De Finanças e Orçamento



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

Poder Legislativo

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO
REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE DE 2022.**

Ao vigésimo sétimo dia do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e três, as quatorze horas e trinta minutos, reuniram-se no Plenário desta Casa a Mesa Diretora composta pelo Presidente Vereador Alexandre Gomes, a Secretária Municipal de Controle Interno, o Subsecretário Municipal de Controle Interno, o Subsecretário Municipal de Contabilidade, a Chefe da Contabilidade e a vereadora Patrícia Silva. O Presidente Vereador Alexandre Gomes realizou a leitura do Ato Convocatório nº 003/2023. Com a palavra, a Secretária Municipal de Controle Interno informou que a audiência é referente ao 3º quadrimestre de 2022, com fundamento o artigo 9º, §4º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com a palavra, o Subsecretário Municipal de Contabilidade iniciou a explanação do relatório, com os dados da avaliação do cumprimento das metas fiscais que tem como base os demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e do Relatório de Gestão Fiscal- RGF. O relatório consiste nas avaliações das receitas, das despesas, resultado primário, resultado nominal e limite de gestão fiscal. No quadro de receitas, o total geral da receita corrente prevista foi de R\$ 2.291.029.227,40, comparando com a arrecadação de R\$ 2.330.834.507,30, contemplando 101,74% de arrecadação. Na categoria receita de capital, o total previsto foi de R\$ 42.910.855,50, sendo arrecadado R\$ 49.780.003,00. O total geral da receita prevista foi de R\$ 2.462.140.082,90 sendo sua arrecadação de R\$ 2.545.463.978,10 contemplando um percentual de 103,38% até o final do 3º quadrimestre de 2022. Nas receitas tributárias as porcentagens da arrecadação dos impostos foram de IPTU 111,29%, IRRF 138,06%, ITBI 128,62%, ISS-QN 108,03%, sendo o total de impostos arrecadado de R\$ 335.314.767,54. A previsão da Taxa pelo Exercício de Poder de Polícia foi de R\$ 15.125.556,00 sendo arrecadado R\$ 20.092.404,23. Já a previsão da Taxa pela Prestação de Serviços foi R\$ 60.293.353,71, sendo arrecadado R\$ 66.311.959,77. Assim, o total geral das receitas tributárias previsto foi de R\$ 365.260.875,98, sendo arrecadado R\$ 421.719.131,54. No comparativo das despesas atualizada e liquidadas, em despesas correntes o total geral previsto era de R\$ 2.423.388.939,60, sendo liquidada R\$ 1.969.619.239,40, contemplando o percentual de 81,28%. Destacando a categoria de despesas com pessoal e encargos, sendo a dotação atualizada de R\$ 1.102.798.278,40 e liquidada de R\$ 1.062.371.818,30, com percentual 96,33%. A previsão da arrecadação na categoria de juros e encargos da dívida foi de R\$ 3.857.699,60, sendo liquidado R\$ 3.171.159,30. Na categoria de despesas de capital, o total geral previsto foi de R\$ 792.408.237,30, sendo liquidado R\$ 332.050.056,40.

Destacando-se o grupo de investimentos com previsão atualizada de R\$ 637.226.369,60 e com liquidação de R\$ 179.295.237,30. Já no grupo amortização da dívida a previsão foi de R\$ 154.870.867,70, sendo liquidado R\$ 152.754.819,10. A previsão atualizada do total geral das despesas foi de R\$ 3.218.961.676,90, sendo liquidado R\$ 2.301.669.295,80. Na categoria de despesas por função, no grupo da saúde a previsão atualizada foi de R\$ 999.748.639,40, sendo executada R\$ 749.516.762,60 abrangendo 32,56%. Em educação a previsão foi de R\$ 497.757.943,30, sendo executado R\$ 455.616.791,20, abrangendo 19,80%. Em urbanismo foi previsto R\$ 621.523.434,10 e executado R\$ 284.305.418,70, abrangendo 12,35%. Na administração a previsão atualizada foi de R\$ 415.454.515,60, e teve a execução de R\$ 274.016.469,30, abrangendo 11,91%. Na previdência social a previsão foi de R\$ 236.383.676,40, com execução de R\$ 222.154.592,30, abrangendo 11,17%. O total geral de despesas por função previsto foi de R\$ 3.218.961.676,80, sendo executado até o 3º quadrimestre R\$ 2.301.669.295,80. O Resultado Primário é representado pela somatória das receitas fiscais líquidas menos as despesas fiscais líquidas, sendo o total das receitas fiscais líquidas previstas foi de R\$ 2.303.587.081,10 e as realizadas até o final do 3º Quadrimestre R\$ 2.240.199.465,90. O total das despesas fiscais líquidas previstas foi de R\$ 3.006.613.238,40 e foram pagas até dezembro de 2022 o valor de R\$ 2.071.191.124,00. Assim, o Resultado Primário do período foi R\$ 94.158.091,60. O Resultado Nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida do exercício atual em relação ao exercício anterior, sendo a dívida fiscal líquida em 31/12/2021 R\$ -213.250.970,50 e, em 31/12/2022 R\$ -446.632.954,80, assim, o Resultado Nominal até o período foi R\$ 233.381.984,30. O limite de gestão fiscal é composto por receita corrente líquida, despesa de pessoal, despesas próprias com a saúde e despesas com manutenção do ensino. A receita corrente líquida até o 3º quadrimestre de 2022 foi de R\$ 2.280.222.225,10. O total da despesa com pessoal foi de R\$ 841.424.789,62 (36,90%), ressaltando que o limite legal é de 54%. A despesa com saúde até o 3º Quadrimestre de 2022 foi de R\$ 139.801.700,40 (19,61%), ressaltando que o limite constitucional é de 15%. O total da despesa com educação foi de R\$ 205.470.861,18 (28,47%), ressaltando que o limite constitucional é de 25%. A despesa com FUNDEB teve aplicação de R\$ 213.519.537,60 (86,16%), sendo o limite constitucional de 70%. Em conclusão, ao final do 3º Quadrimestre de 2022, ao analisarmos o Relatório resumido de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, verificamos que o município investiu 28,47% da receita resultante de impostos (proveniente de transferências da União e Estado) na manutenção e desenvolvimento do ensino e 19,61% em ações de saúde. O limite constitucional anual, conforme rege o artigo 212 da CF/88, é de no mínimo 25% anual na Educação e 15% na Saúde. Os gastos com o FUNDEB na remuneração do magistério no Ensino Fundamental apresentado no 3º quadrimestre foram de 86,16% sobre as receitas do FUNDEB. O limite mínimo anual é de 70% (Art. 26 da Lei nº 14.113/2020). Por outro lado, a aplicação total das receitas do FUNDEB até o 3º quadrimestre de 2022 foi de 99,62%. O mínimo exigido é de 90%, conforme determina o art. 25 da Lei nº 14.113/2020. O total das despesas com pessoal para fins de apuração do limite constitucional comparado a RCL ficou em 36,90%, abaixo do limite legal de 54% para o executivo municipal. E nada mais havendo, o Presidente

Vereador Alexandre Gomes encerrou a Audiência Pública, sendo a ata lavrada e arquivada na Secretária Geral da Mesa Diretora.

ALEXANDRE GOMES

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento